

Constituição de Associação

Primeiro: DANIELA VIEIRA SOUSA GONÇALVES, casada, natural de Alemanha, residente em Rua Mouzinho de Albuquerque, Número 27, Mafra, contribuinte nº 207559546.

Segundo: MARGARIDA FERREIRA GOMES SIMÕES, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Iria de Azoia (extinta), concelho de Loures, residente em Rua da Camacha, nº 10, Bloco B, 2º C, Ericeira, contribuinte nº 245402250.

Que constituem uma Associação que se regerá pelo disposto nos artigos seguintes:

Artigo 1.º

Denominação, sede e duração

1. A associação, sem fins lucrativos, adota a denominação 4D'S-ASSOCIAÇÃO DE APOIO À DISLEXIA , e tem a sede na Rua Mouzinho de Albuquerque, Número 27, Mafra , freguesia de Mafra , concelho de Mafra e constitui-se por tempo indeterminado.
2. A associação tem o número de pessoa coletiva 514457929 e o número de identificação na segurança social 25144579294.

Artigo 2.º

Fim

A associação tem como fim A implementação de acções relacionadas com o aspectos científicos, educacionais, de investigação e sociais, da inclusão de crianças com Dificuldades de Aprendizagem Específicas.

Compete à Associação proporcionar às crianças com Dificuldades de Aprendizagem específicas uma melhor adaptação e inclusão no ensino regular,

2
12

através das seguintes acções, entre outras:

Promover a divulgação na área, geográfica do concelho de Maфра, das Dificuldades de Aprendizagem Específicas;

Obter e tornar efectivos, junto de entidades oficiais, todos os meios de acções que visem proporcionar adaptações na avaliação, diagnóstico, prevenção, educação, reeducação, terapêutica e inclusão das Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas, bem como todo o apoio aos seus familiares;

Estabelecer intercâmbio com organizações nacionais ou internacionais congêneres;

Promover acções de índole científica, educacional, e de investigação, como, por exemplo:

A identificação precoce das Dificuldades de Aprendizagem Específicas em crianças;

Promover o aconselhamento por especialistas da área;

A avaliação regular do desenvolvimento cognitivo, afectivo, social e psicomotor;

A avaliação continua das potencialidades;

A programação da intervenção terapêutica e da educação;

Promover o treino e a educação adequados;

Promover a inclusão das crianças com Dificuldades de aprendizagem específicas no ensino regular;

Promover a reavaliação periódica e supervisão continua das crianças com Dificuldades de Aprendizagem Específicas;

Promover a orientação vocacional das crianças com Dificuldades de Aprendizagem Específicas;

Promover a realização de estudos científicos, se possível multicêntricos;

Promover a introdução de novas terapias;

A organização de uma biblioteca sobre o tema;

A colaboração no ensino, quando solicitada.

Promover acções de índole social, como por exemplo:

A colaboração com os meios de comunicação social;

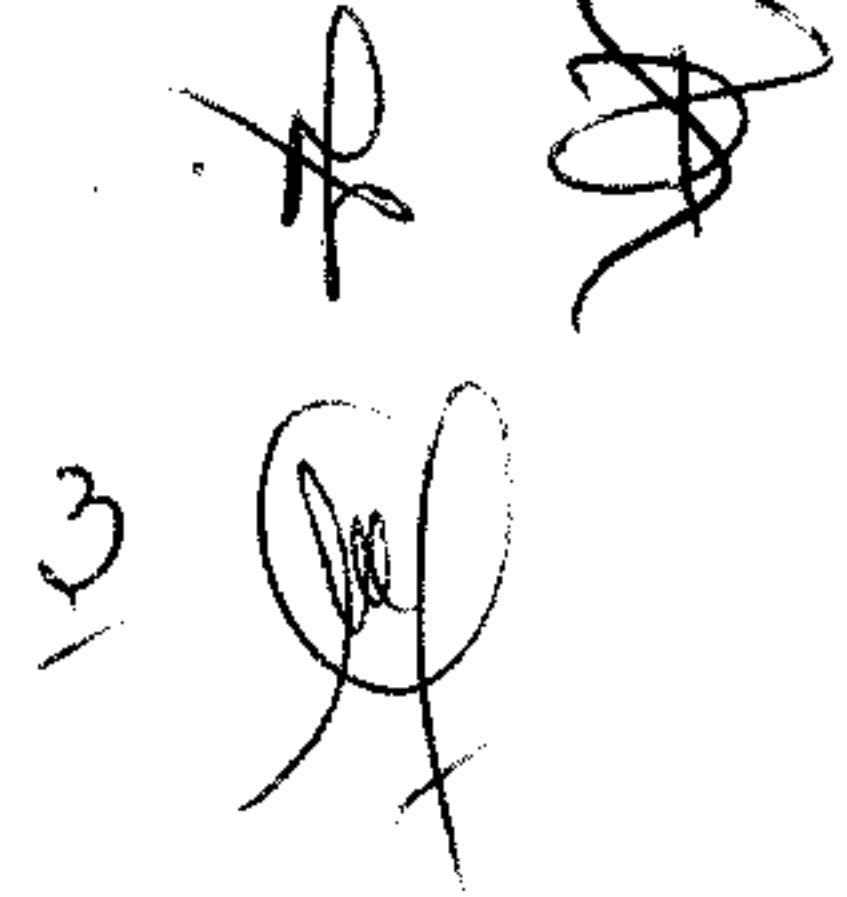
A colaboração com os fabricantes e importadores de material terapêuticos, lúdico e afins;

O apoio a estabelecimentos de ensino que incluam crianças com Dificuldades de Aprendizagem Específicas;

A delegação ao Ministério Público de quaisquer casos de discriminação negativa relativamente às crianças com Dificuldades de Aprendizagem Específicas;

O apoio a manifestação de índole cultural relacionadas, de algum modo, com as Dificuldades de Aprendizagem Específicas;

3



Angariação de fundos juntos de entidades oficiais pública e privadas para os fins anteriormente mencionados e, ainda, outros que a Direcção entender convenientes..

Artigo 3.º

Receitas

Constituem receitas da associação, designadamente:

- a) a joia inicial paga pelos sócios;
- b) o produto das quotizações fixadas pela assembleia geral;
- c) os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das atividades sociais;
- d) as liberalidades aceites pela associação;
- e) os subsídios que lhe sejam atribuídos.

Artigo 4.º

Órgãos

1. São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.
2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 4 ano(s).

Artigo 5.º

Assembleia geral

1. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

4

[Handwritten signatures and initials]

2. A competência da assembleia geral e a forma do seu funcionamento são os estabelecidos no Código Civil, designadamente no artigo 170º, e nos artigos 172º a 179º.

3. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente e dois secretários, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respectivas atas.

Artigo 6.º

Direção

1. A direção, eleita em assembleia geral, é composta por 3 associados.
2. À direção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, representar a associação em juízo e fora dele.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.
4. A associação obriga-se com a intervenção de 2 membros da direção .

Artigo 7.º

Conselho Fiscal

1. O conselho fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por 3 associados.
2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os atos administrativos e financeiros da direção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os atos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

Artigo 8.º

5


Admissão e exclusão

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constarão de regulamento a aprovar pela assembleia geral.

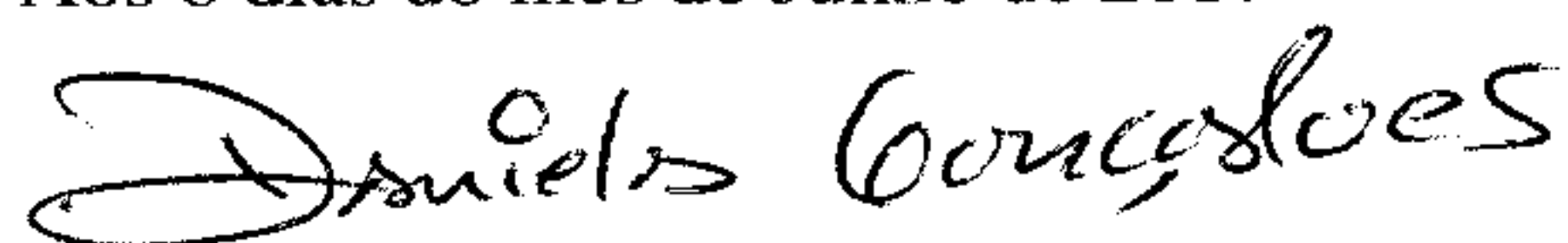
Artigo 9.º

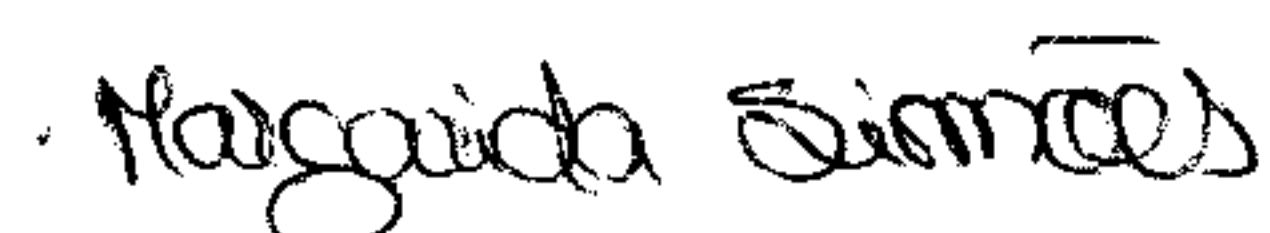
Extinção. Destino dos bens.

Extinta a associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados.

Os associados declaram ter sido informados de que devem proceder à entrega da declaração de início de atividade para efeitos fiscais, no prazo legal de 90 dias.

Aos 8 dias do mês de Junho de 2017





Reconheço as assinaturas supra de Daniela Vieira Sousa Gonçalves, e de, Margarida Ferreira Gomes Simões, feitas na minha presença pelas próprias, cuja identidade verifiquei pela exibição dos Cartões de Cidadão, respectivamente, nºs 11321014 – 0zy7, válido até 08/03/2020, e 13739989 – 8zx4, válido até 29/11/2020, emitidos pela República Portuguesa.

Consultei no portal da empresa o certificado de admissibilidade nº 2017027109,

110 110
6

com o código de acesso nº 5182-7444-8114, emitido hoje por estes Serviços.
Posto de Atendimento da Conservatória do Registo Comercial de Odivelas, junto
da Loja do Cidadão, aos 08 de Junho de 2017
A Escriturária Superior,

(Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes)

